

**REUNIÃO  
DO EXECUTIVO**

**ACTA N.º 031/2002  
DE 27-12-2002**

## **ACTA N.º 031/2002**

**Data da reunião ordinária:** 27-12-2002

**Local da reunião:** Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Santarém

**Início da reunião:** 15,15 horas

**Intervalos:** das 16,20 horas às 16,40 horas

**Términus da reunião:** 18,10 horas

**Resumo diário da Tesouraria:** 26/12/2002 .....2.436.488,30 €

### **Membros da Câmara Municipal que compareceram à reunião:**

**Presidente:** Eng.º Rui Pedro de Sousa Barreiro

**Vereadores:** Eng.º José Joaquim Lima Monteiro Andrade

Manuel António dos Santos Afonso

Dr.ª Maria Luísa Raimundo Mesquita

Dr.ª Hélia Santos Duarte Félix

Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz

Eng.º Joaquim Augusto Queirós Frazão Neto

Dr. Henrique Manuel Soares Cruz

José Marcelino

### **Responsável pela elaboração da acta:**

**Nome:** Maria Nazaré de Matos Ferreira Pais da Costa

**Cargo:** Chefe de Secção

**Faltas justificadas:**

**Faltas por justificar:**

-----ABERTURA DA ACTA-----

--- O **senhor Presidente** declarou aberta a reunião, eram **quinze horas e quinze minutos**, dando início ao “**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**”, prestando as seguintes informações:-----

--- Um – Deu conhecimento das decisões proferidas durante a última semana de acordo com o número três do artigo sessenta e cinco da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro.-----

--- Dois – Dia dezassete de Dezembro – Acompanhou a deslocação a Santarém de Sua Excelência o Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, Dr. Isaltino Afonso de Moraes:-----

--- - Visita ao CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas;-----

--- - Participação na reunião a propósito do Sistema Multimunicipal de Águas e Esgotos;

--- - Assinatura do Contrato-Programa para Recuperação do Centro Histórico e Reabilitação do Teatro Sá da Bandeira.-----

--- Três – Reuniu-se com a Administração do Banco Totta.-----

--- Quatro – Dia dezoito de Dezembro – Fez uma visita de Natal à Santa Casa da Misericórdia de Santarém.-----

--- Cinco – Participou na Festa de Natal da Escola dos Leões, que se realizou no CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas.-----

--- Seis – Apresentou cumprimentos de Natal ao senhor Bispo.-----

--- Sete – Dia dezanove de Dezembro – Reuniu-se com o Arquitecto Luís Rebolo, da Empresa Plural.-----

--- Oito – Efectuou uma visita de Natal à Associação Pica-Pau.-----

--- Nove – Participou na Assembleia Geral da RESITEJO – Associação de Municípios para Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo.-----

--- Dez – Presidiu à reunião do Conselho de Administração dos Serviços

Municipalizados de Santarém. -----

--- Onze – Participou no almoço de Natal dos Serviços Municipalizados de Santarém. ---

--- Doze – Recebeu, em audiência o senhor António Jorge.-----

--- Treze – Esteve presente no jantar de Natal da Câmara Municipal de Santarém. -----

--- Catorze – Manteve reunião de trabalho, com o Executivo Municipal, sobre o orçamento.-----

--- Quinze – Dia vinte e três de Dezembro - Manteve reunião de trabalho, com o Executivo Municipal, sobre o orçamento. -----

--- Dezasseis – Dia vinte e sete de Dezembro – Recebeu em audiência a Direcção do Rancho Folclórico da Ribeira de Santarém. -----

--- Senhor **Vereador Manuel Afonso** informou ter tido o privilégio de, em representação da Câmara, se ter deslocado a Lisboa, onde recebeu o prémio “Santarém – Cidade mais limpa”, entregue pelo senhor Ministro da Cidades e do Ordenamento do Território. Além do diploma atribuído a Santarém, foi-lhe também atribuída a bandeira verde que pode ser utilizada durante o período de dois anos, nos espaços que a Câmara entender. -----

--- Esclareceu que este prémio foi atribuído à cidade de Santarém, na sequência da candidatura apresentada num concurso nacional de cidades limpas, tendo a mesma sido considerada exemplar. -----

--- Senhor **Vereador Joaquim Neto** – Deu conhecimento das decisões tomadas sobre processos de obras no período de dezassete a vinte e sete do corrente mês e constantes dos Editais números duzentos e quarenta e um e duzentos e quarenta e dois/dois mil e dois. -----

--- Findo o Período de “Antes da Ordem do Dia”, deu-se início ao “**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**”:------

-----**LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES**-----

--- **A) LOTEAMENTOS** -----

--- De **FIANÇA – ADMINISTRAÇÕES FINANCEIRAS E IMOBILIÁRIAS, LIMITADA**, com sede no lugar de Cabeça Gorda, freguesia de Vaqueiros, deste Município, solicitando aprovação dos projectos das obras de urbanização, referentes ao loteamento de uma propriedade sita no lugar e freguesia da sua sede. -----

--- Pela Portugal Telecom, EDP – Distribuição e Energia, S.A., Serviços Municipalizados de Santarém e Departamento de Obras Municipais, foram emitidos pareceres favoráveis com algumas condições a observar.-----

--- Assim, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os respectivos projectos das obras de urbanização, de acordo com os pareceres emitidos e suas condições, devendo o requerente, nos termos dos artigos vinte e três e trinta do Decreto-Lei número quatrocentos e quarenta e oito/noventa e um, de vinte e nove de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei número trezentos e trinta e quatro/noventa e cinco, de vinte oito de Dezembro, requerer a emissão do respectivo alvará de loteamento, no prazo de um ano, e prestar uma caução, para garantia da execução das obras de urbanização, no valor de dez mil quatrocentos e quinze euros.-----

----- **OUTRAS DELIBERAÇÕES**-----

--- **RECUPERAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE SANTARÉM – CONTRATO-PROGRAMA ENTRE A COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO E A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM – RATIFICAÇÃO** - A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar os termos do Contrato Programa, subscrito pelo senhor Presidente no passado dia dezassete de Dezembro, ficando o mesmo anexo à presente acta (Documento I), dispensando-se a sua transcrição nos termos da Lei. -----

--- **REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDA DO CNEMA - CENTRO NACIONAL DE EXPOSIÇÕES E MERCADOS AGRÍCOLAS À BANCA, EM CUMPRIMENTO DO COMPROMISSO POR PARTE DA CÂMARA:**-----

--- **UM - ACORDO COM O BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A. – LOJA ATLÂNTICO** - Pelo Director do Departamento Administrativo e Financeiro, Dr.

Carlos Fernandes, foi presente a informação número setenta e cinco, de vinte do corrente mês, do seguinte teor:-----

--- Como é do conhecimento de V. Ex.<sup>a</sup> devido às enormes responsabilidades financeiras que tivemos de assumir, não foi possível cumprir a deliberação camarária tomada em reunião de dezoito de Outubro de 2000, que pressupunha o pagamento do montante de oitocentos e cinquenta e um mil oitenta e sete euros e doze cêntimos, em vinte prestações no valor de quarenta e dois mil quinhentos e cinquenta e quatro euros e trinta e cinco cêntimos cada uma, com vencimento aos dias dez de cada mês. -----

--- Após várias reuniões que efectuámos com o Director do Banco Comercial Português, S.A. - Loja Atlântico, foi possível concretizar uma proposta de pagamento que passará pelo pagamento inicial do montante de cento e seis mil trezentos e oitenta e cinco euros e noventa cêntimos e mais cinquenta e nove prestações mensais de doze mil seiscentos e vinte e dois euros e seis cêntimos cada uma, com vencimento aos dias dezassete de cada mês.”-----

--- A Câmara, tomando conhecimento, deliberou, por maioria, com votos contra da Coligação Democrática Unitária, concordar com a proposta de pagamento ao Banco Comercial Português, S.A., preconizada na informação atrás transcrita. -----

--- O senhor Presidente e o senhor Vereador Manuel Afonso não participaram na apreciação e votação deste assunto em virtude de integrarem, respectivamente, os Conselhos de Administração e Fiscal do CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas.-----

--- Não se encontravam presentes na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, os senhores Vereadores Hélia Félix e Soares Cruz.-----

--- **DOIS** - **ACORDO COM O BANCO TOTTA** – Foi presente a proposta, apresentada ao Banco Totta pelo **CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas**, datada de dezoito do corrente mês, que a seguir se transcreve: ----

--- “De acordo com as reuniões realizadas entre a Câmara Municipal de Santarém, e o CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas e o Banco Totta

propõe-se que o Banco Totta aceite prorrogar pelo prazo de seis meses a aprovação do Plano de Pormenor do terreno sito nos Casais da Carreira de Tiro, comprometendo-se a Câmara Municipal de Santarém na aprovação do Plano de Pormenor respectivo com a assunção da dívida de quatrocentos e quarenta mil contos aprovado em Sessão de Câmara de três de Junho de dois mil e dois. -----

--- O CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas e a Câmara Municipal de Santarém comprometem-se a procurar durante esse período concretizar a venda do referido imóvel e a proceder ao pagamento ao Banco Totta.-----

--- O CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas propõe-se hipotecar a favor do Banco Totta os Lotes números catorze, quinze, dezassete, dezoito, dezanove, vinte, vinte e um e vinte e seis com a área de setenta e nove mil novecentos e noventa e nove metros quadrados, ou em alternativa poderá ser substituída esta garantia por outra garantia hipotecária sobre terrenos disponibilizados para o efeito pela Câmara Municipal de Santarém. -----

--- Os terrenos dados por hipoteca visam assegurar as garantias suficientes e necessárias ao remanescente do valor do terreno sem Plano de Pormenor e a dívida existente com o Banco Totta (cento e noventa mil contos). -----

--- O Banco Totta compromete-se, concretizada a hipoteca proposta, a desistir do pedido da acção judicial formulada sobre o CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas a decorrer os seus trâmites legais. -----

--- O CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas e a Câmara Municipal de Santarém solicitam ao Banco Totta a suspensão do processo pelo período de trinta dias por forma à formalização do contrato entre as três partes e a regularização dos respectivos registos de hipoteca, avaliação do património a hipotecar e outros procedimentos de carácter jurídico. -----

--- Sendo inquestionável a legitimidade do Banco Totta de accionar a Procuração irrevogável o Banco Totta compromete-se a dar o direito de preferência ao CNEMA -

Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas ou à Câmara Municipal de Santarém na aquisição do respectivo imóvel.”-----

--- Na sequência da proposta atrás transcrita, foi presente o ofício número cento e dez mil trezentos e dezassete, de dezanove do corrente mês, subscrito pelo **senhor Presidente** e endereçado ao Banco Totta & Açores, do seguinte teor:-----

--- “Na sequência da reunião realizada na passada terça-feira, na Rua Áurea, com V.Ex.<sup>a</sup> e com o Dr. Vieira Monteiro do Conselho de Administração, reiteramos o nosso total empenho na resolução célere do problema, nomeadamente concentrando os nossos esforços na conclusão e aprovação do Plano de Pormenor da Rua O, no sentido de se obter uma valorização do terreno de acordo com a dívida em causa.-----

--- Quanto à proposta de acordo ontem, dia dezoito de Dezembro, entregue a V.Ex.<sup>a</sup> pelo Presidente do Conselho de Administração do CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas, senhor Engenheiro José Manuel Casqueiro, informamos que a mesma merece, na generalidade, a nossa concordância, com a ressalva seguinte: no parágrafo terceiro da proposta de acordo, está expresso que a Câmara poderá apresentar terrenos como garantia hipotecária, em alternativa aos lotes do CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas referidos (números catorze, quinze, dezassete, dezoito, dezanove, vinte e vinte e seis). De facto, neste momento, a Câmara não tem terrenos em condições de poderem servir para tal finalidade.-----

--- Informamos, ainda, que a proposta de acordo será apresentada e discutida na próxima reunião de Câmara agendada para dia vinte e sete do corrente, para ratificação.”-----

--- A Câmara deliberou, por maioria, com votos contra da Coligação Democrática Unitária, ratificar a posição assumida pelo senhor Presidente perante o Banco Totta & Açores, através do ofício atrás transcrito e que corresponde ao cumprimento de uma anterior deliberação do Executivo Municipal.-----

--- O senhor Presidente e o senhor Vereador Manuel Afonso não participaram na apreciação e votação deste assunto em virtude de integrarem, respectivamente, os Conselhos de Administração e Fiscal do CNEMA - Centro Nacional de Exposições e



Mercados Agrícolas.-----

--- Não se encontravam presentes na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, os senhores Vereadores Hélia Félix e Soares Cruz.-----

--- **PARTICIPAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL NO PARQUISCALABIS – PARQUE DE NEGÓCIOS DE SANTARÉM, S. A. E APRECIACÃO DOS RESPECTIVOS ESTATUTOS** – Em conformidade com o deliberado na reunião do

Executivo Camarário, realizada em dezasseis do corrente mês, foram de novo presentes os Estatutos da Empresa em epígrafe, bem como o Contrato Promessa de Compra e Venda de um prédio rústico, com a área de oito hectares, sito nas freguesias de São Nicolau e Várzea, deste concelho, a celebrar entre aquela Empresa e a Câmara Municipal, documentos que ficam anexos à presente acta (documento II e III), dispensando-se a sua transcrição nos termos da Lei. -----

--- Foi também presente a informação número cento e oitenta e nove, de dezanove do corrente mês, prestada pelo Gabinete de Apoio Jurídico, procedendo à análise jurídica ao teor da proposta de Estatutos da referida Empresa -----

--- O senhor presidente lembrou que a Câmara tinha aprovado a participação na Parquiscalabis – Parque de Negócios de Santarém, S.A., com uma subscrição de acções correspondente a cinco por cento do capital social, através da realização em espécie com a entrega à Parquiscalabis de um terreno de oito hectares, na Zona de Desenvolvimento Económico de Santarém, avaliado em duzentos mil euros. Esta participação mereceu a aprovação da Assembleia Municipal, na sua sessão de seis de Dezembro último. Posteriormente a estas tomadas de decisão foi decidido pelos accionistas que o capital social inicial seria de setecentos e cinquenta mil euros e não de quatro milhões de euros. Esta posição tem a ver com o facto de, atendendo ao tempo necessário às acções conducentes à transformação do uso dos solos previstos para o Parque, que se estima que poderá ir de um a dois anos, não se justificar ter “parada” uma importância tão avultada quando o investimento efectivo só se poderá efectuar após aquelas alterações ao uso do solo. -----

--- Assim, propõe-se que a realização do capital da Câmara no Parque de Negócios seja feito em dinheiro, adquirindo a Parquiscalabis o terreno de oito hectares à Câmara pelos duzentos mil euros, de acordo com as condições do Contrato Promessa de Compra e Venda que foi distribuído a todos os membros do Executivo Municipal.-----

--- Após discussão de alguns aspectos específicos e atendendo a que tal proposta não altera a substância da participação da Câmara, foi deliberado por unanimidade, aceitar que a mesma possa ser realizada em dinheiro, de acordo com o modelo explicado pelo senhor Presidente, bem como aprovar os respectivos estatutos.-----

--- Foi igualmente deliberado remeter o assunto à próxima sessão da Assembleia Municipal de dez de Janeiro de dois mil e três, solicitando-se a sua apreciação, atendendo à urgente e inadiável necessidade de se assinar no dia treze de Janeiro de dois mil e três a escritura da constituição da Parquiscalabis – Parque de Negócios de Santarém, S.A..-----

--- **CONCESSÃO DO RESTAURANTE DAS PORTAS DO SOL** - A Câmara deliberou, por unanimidade, retirar o assunto da presente reunião a fim de permitir que os senhores Vereadores Soares Cruz, Luísa Mesquita e Idália Moniz analisem o processo e apresentem uma proposta consensual. -----

--- **ESTUDO DE VIABILIDADE ECONÓMICA DA EMPRESA MUNICIPAL PARA GESTÃO DO COMPLEXO AQUÁTICO** – Foram de novo presentes os Estatutos da Empresa Pública Municipal Scalabisport – Gestão de Equipamentos e Actividades Desportivas, Empresa Municipal, já com as alterações sugeridas na reunião da Câmara Municipal, realizada em três de Junho último. -----

--- Foi também presente o estudo de viabilidade económica da referida empresa, devidamente rectificado de acordo com as sugestões do Executivo Municipal. -----

--- Após alguma troca de impressões, a câmara deliberou, por maioria, com abstenções dos senhores vereadores do Partido Social Democrático, aprovar os Estatutos e o Estudo de Viabilidade Económica da Empresa, ficando os referidos documentos anexos à

presente acta (Documentos IV e V), dispensando-se a sua transcrição nos termos da Lei.

---

--- Foi igualmente deliberado, remeter o assunto à Assembleia Municipal para efeitos de apreciação e votação.-----

----**INICIATIVAS LOCAIS DE EMPREGO - PARECER NOS TERMOS PREVISTOS NA ALÍNEA A) DO ARTIGO VINTE E QUATRO DA PORTARIA CENTO E NOVENTA E SEIS-A/DOIS MIL E UM, DE DEZ DE MARÇO** – Foi

presente um ofício do Instituto do Emprego e Formação Profissional solicitando parecer, nos termos da legislação em epígrafe, sobre projecto apresentado por **Célia Carina Pinheiro Mourato**, para criação de dois postos de trabalho, com a finalidade de desenvolver a actividade Salão de Estética, Massagista e Beleza, que irá ter lugar na Rua Capelo Ivens, número oitenta e nove, nesta Cidade.-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável à candidatura apresentada por Célia Carina Pinheiro Mourato.-----

--- Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, o senhor Vereador Soares Cruz.-----

--- **CANDIDATURA NO ÂMBITO DO PROGRAMA RECRUA - REGIME ESPECIAL DE COMPARTICIPAÇÃO NA RECUPERAÇÃO DE IMÓVEIS ARRENDADOS** – Pelo Engenheiro Civil Jorge Soares Albergaria, da **Divisão de**

**Gestão Urbanística** foi presente a informação número duzentos e oitenta e nove, de nove do corrente mês, do seguinte teor:-----

--- “Na sequência da solicitação do Exm.º senhor Vereador da Habitação, procedeu-se à vistoria ao edifício sito no Cerco de São Lázaro, número vinte e cinco, na Freguesia de Marvila, para avaliação das obras necessárias a efectuar no imóvel em causa, no âmbito do Programa RECRUA - Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados.-----

--- Da vistoria efectuada ao local, verificou-se que o edifício apresenta a cobertura e a respectiva estrutura portante em madeira em deficiente estado de conservação, permitindo a existência de infiltrações no interior da habitação. -----

--- A proposta de intervenção abrange unicamente a reparação da cobertura incluindo a estrutura em madeira da mesma, de modo a obstar às anomalias anteriormente descritas.

--- Do valor apresentado no orçamento anexo ao processo, considerando a descrição dos trabalhos mencionados, de acordo com os propostos, considera-se que o valor total de três mil trezentos e oitenta e um euros (com IVA incluído à taxa de cinco por cento), se considera equilibrado para as características dos trabalhos a efectuar. -----

--- Na posse de todos os elementos, que fazem parte do processo, integrantes do Programa RECRIA - Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados, nomeadamente, a renda recebida pela proprietária, o montante das obras a executar, o uso do fogo e a respectiva situação contratual dos mesmo, procedeu-se ao cálculo da comparticipação. -----

--- Assim, apresenta-se em anexo, listagem do resultado do cálculo efectuado, destacando-se os seguintes dados: -----

Valor global das obras a realizar (c/ IVA à taxa de 5%)		3.381,00 €
<b>COMPARTICIPAÇÃO DA AUTARQUIA</b>		<b>378,67 €</b>
Comparticipação do I.G.A.P.H.E.		1.514,69 €
Comparticipação Total		1.893,36 €
Valor a suportar pelo proprietário		1.487,64 €
Fracção 1 – n.º 25, r/ chão	Renda actual	14,03 €
	Nova renda	36,57 €
	Subsídio de renda mensal	13,97 €

--- O subsídio de renda deverá ser requerido pela arrendatária da respectiva fracção, através da Segurança Social, de acordo com o número um do artigo doze do Decreto-Lei número sessenta e oito/oitenta e seis, de vinte e sete de Março. -----

--- Na realização dos trabalhos, anteriormente mencionados na presente informação, deverá o empreiteiro garantir as condições de segurança dos transeuntes e bens, nas zonas limítrofes da execução da obra.” -----

--- A Câmara, em face do parecer favorável do senhor Vereador Manuel Afonso, deliberou, por unanimidade, concordar com a comparticipação sugerida, no montante de trezentos e setenta e oito euros e sessenta e sete cêntimos, no âmbito da candidatura apresentada por Maria Celeste Louro Batista Fronteira. -----

--- **CANDIDATURA AO PROGRAMA SOLARH - PROGRAMA DE SOLIDARIEDADE E APOIO À RECUPERAÇÃO DE HABITAÇÃO** – Pela

Técnica Superior Autárquica Estagiária, Leónia Santos, do **Departamento de Assuntos Culturais e Sociais**, foi presente a informação número oitocentos e noventa e nove, de treze de Novembro findo do seguinte teor: -----

--- “Em dezanove de Abril do corrente ano, a senhora Maria de Fátima Matos Gonçalves, residente em Paço – Tremês, solicitou informação relativa ao Programa SOLARH - Programa de Solidariedade e Apoio à Recuperação de Habitação. Nesta sequência, foi informada dos documentos necessários para a elaboração de candidatura em habitação própria permanente. -----

--- Aquando do envio da documentação para o Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente, a fim de ser elaborado o relatório técnico relativo ao estado de conservação do imóvel e às obras de que carece, foi referido que a candidata “(...) é beneficiária de Rendimento Mínimo Garantido e que através desta Medida Nacional recebeu apoio pela rubrica *Outros Apoios* da Segurança Social para beneficiação da cobertura, tendo-se verificado o desmoronamento quando deram início aos trabalhos, pelo que a candidata está a residir num anexo da habitação, sem quaisquer condições de habitabilidade.” (nossa informação número duzentos e setenta e dois de sete de Maio de dois mil e dois).

--- Nesta sequência e conforme informação número cento e oitenta e um de dezassete de Julho de dois mil e dois do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente, para a execução dos trabalhos necessários a fim de repor as condições de habitabilidade, foi

estimada a quantia de vinte e nove mil cento e noventa e sete euros acrescida de IVA. A candidata apresentou orçamento no valor de nove mil quatro euros e dois cêntimos (acrescido de IVA) que, embora não inclua todos os trabalhos necessários, considerou todos os valores e trabalhos descritos em condições de serem aceites para este tipo de obra. -----

--- O processo foi então enviado para o Instituto Nacional de Habitação que, conforme ofício número cinco mil novecentos e dezanove de doze de Novembro de dois mil e dois, considera a candidatura inelegível uma vez que os trabalhos constantes no orçamento não repõem as condições mínimas de habitabilidade e salubridade.” -----

--- A **Técnica Superior de Serviço Social Assessora Principal**, Dr.ª Maria Elisabete Filipe, do Departamento de Assuntos Culturais e Sociais, emitiu o seguinte parecer: -----

--- “Face ao facto da candidatura ser considerada inelegível e não havendo outros recursos, proponho que seja atribuído subsídio pela Câmara Municipal de Santarém, sendo para o efeito criado um ónus, se assim for considerado superiormente.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio no montante de nove mil euros, dado a candidatura ter sido considerada inelegível pelo Instituto Nacional de Habitação. -----

--- **VISTORIAS** – Foram presentes os seguintes pedidos: -----

--- **Um** – De **Fernando Penteado Duarte Patrício**, residente na Rua Cidade D’Agem, Jardim de Baixo, freguesia de Salvador, nesta Cidade, solicitando que seja efectuada vistoria à sua oficina sita na Rua Lourenço de Almeida, número doze, freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém, nesta Cidade, a fim de serem verificadas as condições de habitabilidade. -----

--- A **Comissão de Vistorias** concluiu: -----

--- “A vistoria ao local na presença do senhor Fernando Penteado Duarte Patrício, permitiu verificar que se trata de um imóvel com alguns anos de existência, onde funciona uma oficina de motorizadas. -----

--- A confinar com a oficina de motorizadas existe um edifício antigo, que apresenta risco de queda para a via pública e oficina. -----

--- Deverá o proprietário do imóvel com os números vinte e sete, vinte e nove e trinta e um, proceder a obras de reparação/recuperação, de forma a evitar a degradação do edifício e o risco de queda para a via pública e oficina.”-----

--- A Câmara, sob proposta do senhor Vereador Manuel Afonso, deliberou, por unanimidade, notificar o proprietário do imóvel contíguo ao vistoriado para proceder às obras preconizadas no Auto de Vistoria. -----

--- **Dois** – De **Maria Fernanda Soares Falcão Correia**, residente na Rua General Humberto Delgado, número quarenta e sete, primeiro andar, freguesia de São Nicolau, nesta Cidade, solicitando que seja efectuada vistoria à sua habitação a fim de serem verificadas as condições de habitabilidade. -----

--- A **Comissão de Vistorias** concluiu: -----

--- “A vistoria ao local juntamente com a inquilina permitiu verificar que se trata de um prédio com alguns anos de existência. -----

--- Constatou-se que os tectos da habitação apresentam sinais evidentes de infiltrações de água, fissuração do estuque e deformação. -----

--- O mau estado de conservação dos tectos é provocado pelo mau funcionamento da cobertura e algerozes, que permitem a passagem de águas da chuva para a laje de esteira, apodrecendo o madeiramento que serve de suporte aos tectos em estuque. -----

--- Deverá o proprietário proceder a obras urgentes de limpeza/reparação da cobertura e substituição dos tectos fissurados, a fim de diminuir o perigo de queda e repor as boas condições de habitabilidade.” -----

--- A Câmara, sob proposta do senhor Vereador Manuel Afonso, deliberou, por unanimidade, notificar a proprietária do imóvel para proceder às obras preconizadas no Auto de Vistoria. -----

--- **GRANDES OPCÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM, PARA O ANO DE DOIS MIL E TRÊS** – Para

efeitos de apreciação e votação, foram de novo presentes os documentos em epígrafe, que ficam anexos à presente acta (Documento VI), dispensando-se a sua transcrição nos termos da Lei.-----

--- O **Senhor Presidente** começou por sublinhar que os compromissos anteriormente assumidos, quer com a banca, quer com fornecedores de bens e serviços implicam um enorme esforço do actual Executivo de forma a, por um lado, satisfazer as necessidades de investimento e, por outro, proceder ao pagamento desses compromissos. -----

--- Prosseguiu, referindo que a actual fase do quadro comunitário de apoio obriga o Município a um grande esforço de investimento, face às regras impostas pelo Orçamento de Estado para dois mil e três, que impedirão o recurso ao crédito, nomeadamente para a realização de investimentos apoiados pelos fundos comunitários. -----

--- Todavia – continuou – este período é crucial para o desenvolvimento de Santarém. O número de projectos a candidatar e a capacidade realizadora da Autarquia será essencial para o cumprimento dos objectivos de desenvolvimento dos próximos anos.-----

--- Para cumprir esses objectivos – afirmou – ter-se-á que, prioritariamente, optar por investimentos que não dependam exclusivamente dos fundos municipais e, nesse sentido, as opções tomadas privilegiam a oportunidade dos apoios comunitários e/ou nacionais existentes, bem como os empréstimos bancários já assumidos. -----

--- Acrescentou que, a assunção destas prioridades não significa que, nalguns casos, não tenham sido consideradas situações de excepção, em obras que não tendo apoios comunitários ou nacionais, necessitam efectivamente de ser concretizadas e que são contempladas neste orçamento. -----

--- Referiu que a reestruturação orgânica está a decorrer e, previsivelmente, ocorrerá durante dois mil e três, devendo contar com o empenhamento de todos, de forma a concretizar uma Câmara mais eficiente e que sirva melhor os munícipes.-----

--- Frisou que as Juntas de Freguesia vêem garantidas as transferências financeiras, através do Protocolo de Delegação de Competências e dos subsídios atribuídos, bem



como através de obras realizadas sob a responsabilidade da Câmara mas com claros impactos positivos nas Freguesias. -----

--- Referiu ainda que, para que a articulação com as Juntas de Freguesia possa melhorar, importa que todos os eleitos e, nomeadamente, os que constituem o Secretariado de Acompanhamento do Gabinete de Apoio às Freguesias, procurem otimizar as relações e os contributos, garantindo com o seu trabalho o desenvolvimento de Santarém. -----

--- Prosseguiu, referindo que a cidade de Santarém beneficiará de investimentos, quer qualitativa, quer quantitativamente, nunca anteriormente realizados. A este propósito, salientou o projecto Al-Margem, cuja primeira fase já está em execução e a segunda se iniciará em dois mil e três, e o projecto “Viver Santarém”, no âmbito do Programa Polis, que requalificará os principais espaços verdes e respectivas áreas envolventes da Cidade. Salientou a recuperação do teatro Sá da Bandeira e do Largo com o mesmo nome, como exemplos da requalificação urbana que pretende para a cidade de Santarém. -----

--- Aludiu, a seguir, aos objectivos ambientais e de ordenamento do território referindo que continuarão a ser realçados com os investimentos a concretizar em projecto e obras de saneamento na cidade e freguesias rurais, ficando com a revisão do Plano Director Municipal e a elaboração de vários Planos de Pormenor a esperança de se garantir a todos um futuro com mais qualidade de vida. Em sua opinião, esta aposta no planeamento é uma aposta decisiva e com impactos que extravasam claramente o normal período do mandato. -----

--- Salientou a participação activa dos cidadãos na vida pública e o acompanhamento das actividades autárquicas, concretizado através do orçamento participativo. -----

--- Referiu ainda que, para assegurar que os eleitos possam acompanhar de uma forma mais intensa todas as actividades da Autarquia, nomeadamente as opções do Governo Municipal, é importante o funcionamento da Comissão de Acompanhamento do Orçamento e do Plano Plurianual de Investimentos podendo assim, todos juntos, contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. -----

--- A concluir, referiu que, face aos investimentos já garantidos e em vias de concretização para a cidade de Santarém, dois mil e três será fundamental para a captação de meios que permitam às freguesias rurais um desenvolvimento mais equilibrado, potenciando um crescimento sustentado e polinucleado do Concelho.-----

--- Interveio, a seguir, a senhora **Vereadora Luísa Mesquita** que começou por salientar que esta é a terceira reunião pública que tem como objectivo a discussão do Plano de Actividades e Orçamento para dois mil e três. Em seu entender, se o Partido Socialista tivesse actuado de outra forma não teriam sido necessárias três reuniões públicas para o efeito. Bastaria – continuou – “que o Partido Socialista tivesse, no âmbito daquilo que lhe competia como maioria relativa desta Câmara, assumido esse facto e ter também cumprido na íntegra e não parcelarmente, o Estatuto da Oposição e, portanto, ter ouvido os Vereadores da Oposição no que tem que ver com estes dois instrumentos fundamentais de gestão do Concelho.”-----

--- Prosseguiu, referindo ter sido possível, depois da rejeição ocorrida no passado dia dezoito de Dezembro, ver introduzidas algumas melhorias nos textos hoje presentes na reunião, quer a nível do documento que considerou ainda muito fraco para lhe chamar Plano de Actividades, quer a nível da tradução orçamental. -----

--- Considerou as melhorias insuficientes porque, por exemplo, ainda não há a garantia de que a reestruturação orgânica ocorra durante o ano de dois mil e três e, na sua opinião é imprescindível que ela ocorra no próximo ano. Se tal não acontecer é extremamente negativo e insustentável porque se está a falar de uma reestruturação de serviços que tem como objectivo otimizar esses serviços e, por consequência, otimizar também a prestação das respostas a dar aos munícipes do Concelho. -----

--- Referiu também, que o texto que deveria sustentar uma estratégia global de intervenção para o Concelho, não o delimita nem o propõe.-----

--- Todavia, algumas melhorias propostas pela Coligação Democrática Unitária, foram introduzidas, designadamente o que se refere à referencia ao PIDDAC – Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central e aos

constrangimentos financeiros uma vez que este orçamento é construído, de algum modo, cativo quer de políticas que considera ruinosas, de anteriores mandatos socialistas no concelho, quer de uma gestão ruínosa do Poder Central, criando mecanismos de cativação de verbas e de política de estagnação do desenvolvimento, impedindo que se dê uma resposta às necessidades primárias das populações e antes se lhes responda com espaços para fazer funcionar o euro dois mil e quatro. -----

--- Prosseguiu, referindo que, apesar de haver referência a projectos e acções concretas no que tem que ver com algumas intervenções dependentes de fundos comunitários, não é ainda visível o cruzamento de todas estas parcelas com uma estratégia global de desenvolvimento. A esse nível este instrumento falha. Não se determina para este mandato e até ao término do mesmo, quais são os momentos de concretização de obras e aquilo que este Executivo está disposto a fazer para que, quando deixar a Câmara, depois de uma gestão de quatro anos, conseguir ter cumprido os compromissos políticos assumidos por todas as forças e, particularmente, pela força política que gere este Concelho.-----

--- Referiu também, que dois instrumentos que considera cruciais para melhorar a gestão do Concelho – o secretariado de acompanhamento do Gabinete de Apoio às Freguesias e a Comissão de Acompanhamento do Orçamento e Plano – embora referidos no preâmbulo do orçamento, ainda não estão referidos, em seu entender, de forma totalmente correcta e têm um discurso ambíguo que parece culpabilizar as vítimas e não os culpados pelo mau funcionamento da estrutura existente e, de algum modo, as políticas que a sustentam.-----

--- Em sua opinião, o referido Secretariado, composto por três Presidentes de Juntas, oriundos das três forças políticas que integram o Executivo, deve ser a trave mestra, a sustentação crucial do Gabinete de Apoio às Freguesias e, enquanto não for entendido como tal, não pode haver melhorias nem descentralização, nem gestão mais participada por aqueles que são os legítimos herdeiros do voto das populações e que representam as Juntas de Freguesia, mais particularmente, os seus Presidentes, em representação do

executivo. Em seu entender, o texto introdutório devia ser “para que a articulação com as Juntas de Freguesia possa melhorar, contribuindo para uma maior eficácia e eficiência de meios humanos e materiais da Câmara Municipal, importa que esta Câmara faça todos os esforços para otimizar as relações e os contributos de todos os eleitos das freguesias, nomeadamente dos Presidentes que constituem o Secretariado de Acompanhamento do Gabinete de Apoio às Freguesias.”. -----

--- Aludiu, a seguir, à Comissão de Acompanhamento e de Controle orçamental, lembrando ter sido uma proposta apresentada pela Coligação Democrática Unitária por considerar que responsabilizando as três forças políticas e entregando às mesmas este controlo e este acompanhamento orçamental, seria uma mais valia para, conjuntamente com o Secretariado do Gabinete de Apoio às Freguesias, repartir responsabilidades, controlos de gestão, participação tripartida do que seria, colectivamente, uma melhoria que teria que ter efeitos visíveis na gestão da Câmara Municipal. -----

--- Para assegurar que os eleitos possam acompanhar de uma forma mais intensa todas as actividades da autarquia, nomeadamente as opções do governo municipal, é importante o funcionamento desta Comissão de Acompanhamento do Orçamento e do Plano Plurianual de Investimentos para, todos juntos, contribuirmos, efectivamente, para uma melhor gestão. -----

--- Seguidamente, interveio o senhor **Vereador José Marcelino** que começou por referir estar com algumas dificuldades em perceber porque é que ao longo do ano findo e na proposta de orçamento para dois mil e três não se conseguiu inverter aquilo que a Coligação Democrática Unitária tem vindo a criticar desde mil novecentos e setenta e sete. -----

--- A este propósito aludiu ao Relatório e Contas do ano de dois mil e um como dado mais concreto para demonstrar a situação herdada e os vícios do passado, culpado daquilo que foi o despesismo ao longo dos anos e que inviabilizou que a capital do Distrito tenha uma única freguesia com a totalidade do saneamento básico concluído. A

gestão, em seu entender, foi errada, apontando-se para o despesismo em detrimento do investimento que é o que faz com que o Concelho possa progredir.-----

--- Nesse ano de dois mil e um – prosseguiu – as despesas correntes foram quinze milhões quinhentos e noventa e quatro mil e vinte e três euros. O Orçamento do ano passado atingiu dezanove milhões e quinhentos mil euros de despesas correntes. Para o ano de dois mil e três estão previstos vinte milhões e setecentos mil euros de despesas correntes, verificando-se que de dois mil e um a dois mil e três há uma subida de cinco milhões de euros.-----

--- Em seu entender não houve poupança, não houve nada que se fizesse no sentido de evitar este ritmo despesista o que, a continuar assim, manteria a mesma falta de investimento.-----

--- É importante que a Comissão de Acompanhamento e Controlo do Orçamento entre em funcionamento para que possa alterar qualitativamente esta forma de gerir.-----

--- Referiu que a Coligação Democrática Unitária, que também integra essa Comissão, tudo fará para que os desvios sejam alterados para valores negativos, para que não se gaste mais e possa transferir para investimentos o que se poupar em despesas correntes e, em seu entender, há algumas rubricas neste orçamento que podem ser alteradas para melhor.-----

--- Considerou importante que se aproveitem todos os capitais do Governo para desenvolver o Concelho. Todavia, haverá sempre um complemento que a própria Câmara terá que assumir e, como não é possível recorrer ao endividamento, deverá recorrer-se à capacidade de contenção de custos. -----

--- Referiu que, neste orçamento, existem verbas não desagregadas como, por exemplo, a requalificação dos espaços urbanos, os cemitérios, polidesportivos, sedes de juntas de Freguesia, casas mortuárias e sinalização e trânsito.-----

--- Disse haver Juntas que têm projectos e pretendem avançar com as obras e havendo verbas, não desagregadas, no orçamento, para esse efeito, não se justifica que se mantenham à espera.-----

--- Considerou importante que as verbas estejam claramente definidas para as Juntas saberem com o que podem contar.-----

--- A concluir, afirmou que, embora os documentos em apreço tenham melhorado, não melhoraram de acordo com o que seria mais correcto. -----

--- A Senhora **Vereadora Hélix Félix** disse ter tido esperança de que estes documentos, que constituem os instrumentos mais importantes da gestão autárquica, fossem um ponto de viragem desta mesma gestão e da política seguida.-----

--- Referiu terem estado disponíveis para o efeito e lamentou que a proposta do Partido Social Democrata não tenha tido acolhimento por parte dos eleitos do Partido Socialista.

--- O que os Vereadores do Partido Social Democrata propuseram e defendem é que deve haver um esforço para alterar a política seguida até agora pela gestão socialista que tem sido um contínuo aumento das despesas correntes. Em seu entender deve-se inverter esta política. Não se pode continuar com despesas correntes a crescer a ritmos elevadíssimos. Relativamente às despesas correntes pagas em dois mil e um este orçamento prevê um aumento de trinta e um por cento, o que considera extremamente elevado. Os recursos devem ser geridos de uma forma eficiente para canalizá-los para projectos de investimento que poderão ser social e economicamente reprodutivos e não gastá-los em despesas que não são essenciais.-----

--- Prosseguiu, referindo que, como resultado desta política, constata que apenas quatro por cento dos recursos financeiros da autarquia estão afectos a projectos com início em dois mil e três, pelo que, se tivesse sido aceite a sua sugestão de se fazer um maior controlo das despesas correntes, libertando recursos para investimentos, quem ganharia seriam as populações.-----

--- Disse ter esperado ao longo do ano, que lhe fosse apresentado um plano de reestruturação financeira, acompanhado do plano de reestruturação dos serviços, por forma a saber-se quanto se deve, quando se vai pagar e em que condições.-----

--- Em seu entender, não se sabe qual a fatia do orçamento que está comprometida com as dívidas do passado e era importante que tivesse tido acesso a essas informações e soubesse claramente como será feito o saneamento financeiro da Autarquia.-----

--- A finalizar, lamentou que da parte dos eleitos do Partido Socialista não tenha havido abertura para aceitarem a proposta dos eleitos do Partido Social Democrata que, em seu entender, seria a melhor para o concelho e para as populações que representam. -----

--- O senhor **Vereador José Andrade** foi de opinião que existe uma vontade maioritária no executivo Camarário que não tem expressão prática e que é esta: que a gestão camarária se organize de acordo com as novas exigências e com as necessidades de investimento do Concelho de Santarém.-----

--- Disse ter procurado nas diversas reuniões mantidas que o Partido Socialista percebesse que existia essa vontade maioritária e que desse um sinal desse caminho que é essencial. -----

--- A resposta não foi dada e a sua interpretação é de que este orçamento continua a gerir uma Câmara com despesismo que não é coincidente com as exigências do actual momento político nem com as exigências e carências de investimento que o Concelho tem.-----

--- Em sua opinião, continuam a haver despesas exageradíssimas em horas extraordinárias, avenças principescas e despesas de publicidade incompreensíveis.-----

--- A propósito da intervenção da senhora Vereadora Hélia Félix referindo que só quatro por cento dos recursos financeiros estavam afectos a projectos com início em dois mil e três, o senhor **Vereador Joaquim Neto**, aludiu a quatro obras que representam mais de cinco por cento: a escola de São Domingos, o pavilhão para a Escola Dom João II, o Largo Sá da Bandeira e a Rua Serpa Pinto e a habitação Social. -----

--- Concordou que, efectivamente, deve ser feito um esforço no sentido de reduzir ao máximo os gastos supérfluos. Todavia, é preciso algum cuidado na análise que se faz das mesmas, independentemente de terem aumentado. -----

--- Sublinhou que as classificações decorrentes do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais tornam, em dois mil e três, despesas correntes que o não seriam em dois mil e um. Citou como exemplos o Plano Director Municipal e Planos de Pormenor que são despesas correntes e que em dois mil e um não o seriam.---

--- Recordou também a questão da manutenção do Complexo Aquático que também constitui despesas correntes, Assim, há questões que devem ser tidas em conta, independentemente do esforço que deve ser feito no sentido de reduzir essas despesas. --

--- O senhor **Vereador Manuel Afonso**, a propósito da questão levantada relativamente ao saneamento básico, referiu que este orçamento consagra uma importante fatia para resolver este problema. -----

--- Aludiu também, ao Regulamento para o saneamento básico, que está a ser elaborado, fazendo todo o sentido que as verbas resultantes sejam canalizadas para o saneamento.--

--- Este Orçamento, efectivamente, consagra verbas para o saneamento básico, vindo ao encontro das propostas apresentadas nas reuniões do orçamento participativo. -----

--- O **Senhor Presidente** interveio novamente, lembrando que o Partido Socialista votou favoravelmente a criação da Comissão de Acompanhamento do Orçamento, o que significa que consideram importante este instrumento e a sua implementação. Todavia, o cumprimento da deliberação da Câmara só poderia efectivar-se quando o assunto estivesse resolvido na Assembleia Municipal, o que só aconteceu no último trimestre deste ano. -----

--- Prosseguiu referindo ter-se falado muito em despesas correntes, todavia não se falou em receitas, o que é notável face às obrigações legais que não estão a ser cumpridas e que se terão que cumprir e que têm a ver com a introdução de uma tarifa de saneamento e através da receita também se pode aumentar a capacidade realizadora da Câmara. -----

--- O saneamento básico tem sido sempre uma prioridade. A primeira proposta de empréstimo contemplou claramente o saneamento básico. No orçamento todas as freguesias têm contempladas verbas para finalizarem os colectores e ficarem servidas na totalidade. Todos os agregados populacionais até quinhentos habitantes têm verbas



previstas para a elaboração de projectos o início das obras. Houve claramente uma aposta – frisou – no saneamento básico, que terá que ser objectivamente compensada pelo lado da receita e não apenas da despesa.-----

--- Relativamente ao aumento das despesas correntes, lembrou o aumento dos vencimentos dos funcionários e a repercussão que isso tem desde dois mil e um a dois mil e três, a manutenção do Complexo Aquático, os aumentos do custo de exploração das Estações de Tratamento de Águas Residuais, do Aterro Sanitário. Por outro lado, muitas matérias que eram despesas de investimento passaram a ser despesas correntes. -

--- Referiu que também considera que deve haver uma tentativa de redução de despesas mas não se devem esquecer estas realidades. -----

--- Prosseguiu, referindo nunca ter havido uma discriminação tão elevada do ponto de vista orçamental dos valores para as Juntas de Freguesia. Nunca nenhum orçamento contemplou uma descrição tão exaustiva de obras. Nunca houve nenhum instrumento de gestão que contemplasse tantas e tão variadas obras para as Juntas de Freguesia com verbas definidas. -----

--- Relativamente à não desagregação de algumas verbas referiu que há uma prioridade que tem a ver com a existência de projectos e existência de recursos financeiros que vão para além dos recursos da Câmara. -----

--- Referiu, a seguir, que a senhora Vereadora Hélia Félix não havia apresentado propostas concretas e objectivas. Apresentou propostas para aumentar investimentos nalgumas freguesias. A este propósito o Senhor Presidente afirmou que este orçamento é de todo o Concelho e os investimentos são para todo o Concelho, não tendo havido distinção do ponto de vista político-partidário. -----

--- Referiu ter havido abertura dos eleitos do Partido Socialista para aderir às propostas do Partido Social Democrata. Foi feito um esforço nesse sentido de acordo com as disponibilidades financeiras, tentando englobar aquilo que se considerou razoável, não para as Juntas de freguesia do Partido Social Democrata, da Coligação Democrática

Unitária ou do Partido Socialista, mas aquilo que se considerava razoável face aos meios disponíveis para investimentos. -----

--- Da leitura deste orçamento – continuou – pode-se chegar à conclusão de que há um esforço enorme no sentido de que o desenvolvimento do Concelho seja sustentado, equilibrado, polinucleado. -----

--- Segundo disse, gostaria de ter muito mais meios financeiros à disposição para poder realizar mais obras e resolver mais assuntos que se vêm arrastando há anos. Referiu ter sido com alguma mágoa que constatou existirem repetidas vezes as mesmas obras em orçamentos sem que se tenham concretizado. Todavia, algumas estão-se a concretizar agora. Em Abril de dois mil e dois foi aprovado um orçamento, alguns objectivos não se conseguiram atingir na totalidade, mas são reflectidos no presente orçamento e são cruciais não apenas para o ano de dois mil e três mas para os anos seguintes. -----

--- E tal só vai ser conseguido se todos nos empenharmos nesse objectivo e nos esforçarmos para a concretização deste Plano e Orçamento, o que deverá ser fundamental para o desenvolvimento de Santarém nos próximos anos. -----

--- Interveio também a Senhora **Vereadora Idália Moniz** a propósito das despesas correntes dos dois pelouros que tem e que são a cultura e a acção social. Referiu que nas reuniões mantidas muitas vezes se apontavam como gastos excessivos os expendidos na cultura. -----

--- Referiu ser muito importante criar equipamentos móveis e imóveis para a cultura. “É muito importante – prosseguiu – termos salas que não temos, materiais expositivos que não temos mas, mais importante é fazermos uma programação que aposte na formação dos públicos, que aposte no apoio aos agentes culturais do Concelho e que aposte também numa programação assente em conteúdos bem definidos.” Isto só é possível, segundo disse, tanto na cidade como nas freguesias rurais, se for feito aos fins de semana, fora do horário normal dos serviços. -----

--- Trata-se de uma opção muito clara: ou continuam a ter-se actividades culturais do Concelho ou deixa de se ter actividades culturais, mas a opção a tomar deve ser assumida por todos.-----

--- Quando se fala em gastos excessivos em horas extraordinárias para a Cultura deve-se ter a noção do que é que elas envolvem e, sobretudo, há uma coisa que temos que ter muito clara: “nós hoje fazemos parte de um Executivo que vai passar, assim como outros já passaram e, no futuro, outros passarão. A cultura e a aposta na formação e na educação das populações, sejam elas mais ou menos instruídas, é da nossa responsabilidade e, isso, ficará para sempre.”-----

--- Relativamente à acção social, referiu que não se pode querer que os funcionários se desloquem de madrugada às freguesias sem serem remunerados. Assim como não se pode querer que o diagnóstico social do Concelho se faça, sem que os funcionários se reunam, à noite, com os agentes sociais das freguesias, com as colectividades, com os Presidentes de Junta.-----

--- Verificaram-se ainda intervenções dos senhores Presidente e Vereadores Luísa Mesquita, Hélia Félix, José Andrade e José Marcelino, após o que o senhor Presidente submeteu a votação as Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal, que foi aprovado por maioria, com votos contra dos senhores Vereadores do Partido Social Democrata, abstenções dos senhores Vereadores da Coligação Democrática Unitária, e votos a favor do senhor Presidente e senhores Vereadores do Partido Socialista.-----

--- Apresentaram Declaração de Voto:-----

--- Senhora **Vereadora Luísa Mesquita** em nome dos Vereadores da Coligação Democrática Unitária: “Esta é a terceira sessão pública da Câmara Municipal de Santarém para discutir os instrumentos de gestão para o Concelho, durante o ano de dois mil e três.-----

--- Tivesse o Partido Socialista actuado de acordo com a sua posição neste executivo, de maioria relativa, e de acordo com o estatuto de oposição e naturalmente outros seriam o Plano de Actividades e o Orçamento para dois mil e três. -----

--- Mesmo assim foi possível introduzir algumas melhorias, após a reprovação em dezoito de Dezembro, que ficam, no entanto aquém das necessidade e das legítimas expectativas da população do Concelho.-----

--- O Partido Socialista continua a não propor uma estratégia global de gestão e desenvolvimento.-----

--- O Partido Socialista continua a não assumir o compromisso de reestruturar, em dois mil e três, o funcionamento da Câmara Municipal de Santarém com o objectivo de otimizar a prestação dos serviços aos munícipes.-----

--- O Partido Socialista continua a não assumir, com clareza o compromisso de fazer funcionar dois instrumentos de gestão, indispensáveis ao rigor e à transparência com que os dinheiros públicos devem ser utilizados pelo poder local democrático. -----

--- Referimo-nos ao Secretariado tripartido do Gabinete de Apoio às Freguesias e à Comissão de Acompanhamento e Controlo Orçamentais. -----

--- O Partido Socialista continua a não concretizar as medidas necessárias a uma política anti-despesista que liberte o maior número de verbas para o investimento e desenvolvimento do Concelho, protelado, desde mil novecentos e setenta e sete, por uma ruínosa gestão dos diversos executivos socialistas. -----

--- O Partido Socialista continua a recusar a desagregação de verbas globais e definição de objectivos que permitam saber, com rigor e transparência, quer à oposição, quer aos eleitos das Juntas de Freguesia, quais os investimentos com que poderão contar no decurso do ano de dois mil e três.-----

--- Referimo-nos particularmente, às dotações globais afectas às rubricas (requalificação dos espaços urbanos, cemitérios, polidesportivos, sedes de Juntas de Freguesias, casa mortuárias, sinalização e trânsito, entre outras).-----

--- Esta decisão do Partido Socialista é ainda mais insustentável, quando o Executivo Camarário tem conhecimento de que algumas freguesias têm terrenos disponíveis para concretização das obras, têm projectos concluídos e entregues nos respectivos serviços há anos.-----

--- O Partido Socialista continua a olhar o concelho, não como um todo, mas como uma manta de retalhos, fazendo imperar o carácter casuístico das verbas e não uma estratégia de gestão devidamente sustentada e planificada.-----

--- Estas são as principais razões pelas quais continuamos a não votar favoravelmente o Plano de Actividades e o Orçamento da Câmara Municipal de Santarém para dois mil e três.-----

--- No entanto, a Coligação Democrática Unitária não pretende inviabilizar a urgente necessidade de concretização das poucas obras previstas para o Concelho de Santarém, durante o ano de dois mil e três, e, por isso, se abstém relativamente aos dois documentos em apreciação.-----

--- Finalmente, afirmamos que não estaremos disponíveis para viabilizar a continuidade da gestão que tem vindo a ser concretizada durante o ano de dois mil e dois.-----

--- E, nesse sentido, continuaremos a exigir que as propostas que temos vindo a apresentar para otimizar os recursos existentes (humanos e financeiros) sejam, efectivamente, postas em prática.-----

--- A Coligação Democrática Unitária continuará a lutar pela procura das soluções que sirvam os verdadeiros interesses do Concelho de Santarém e particularmente das populações”.-----

--- A senhora **Vereadora Hélia Félix**, em nome dos Vereadores do Partido Social Democrata:-----

--- “Os vereadores do Partido Social Democrata na Câmara Municipal de Santarém votam contra o Orçamento e Grandes Opções do Plano uma vez que consideram que este não é o seu orçamento, nem o orçamento que melhor serve o concelho e suas populações.

--- Sempre considerámos que era errada a gestão socialista anterior, do outro Partido Socialista que despendia avultadamente em despesas correntes. E lamentamos profundamente que a gestão deste Partido Socialista assim continue, na medida em que as despesas correntes continuam a aumentar a ritmos acentuados (mais trinta e um por cento do que em dois mil e um) contra apenas quatro por cento do orçamento destinado a novos projectos de investimento com início em dois mil e três; quando o Departamento de Assuntos Culturais e Sociais tem um aumento de despesas correntes de trinta e dois por cento em relação a dois mil e um e de dezanove por cento comparativamente a dois mil e dois. Isto num orçamento que é igualmente pautado pela desorçamentação das despesas correntes, o que acentua ainda o excessivo peso das despesas correntes. -----

--- O nosso orçamento seria aquele que, reduzindo nas despesas correntes as despesas não essenciais, tais como horas extraordinárias, publicidade e alguns bens e serviços; dotasse o nosso concelho de uma melhor rede viária, de uma maior taxa de cobertura de saneamento básico, de zonas de desenvolvimento económico com as adequadas infra-estruturas e de mais investimento, tendente a mais progresso e desenvolvimento para o nosso concelho. Essa foi a nossa proposta, o nosso desafio de conquistar um futuro melhor para Santarém, que não foi aceite pelos eleitos do Partido Socialista. A nossa proposta foi clara: reduzir em despesas correntes e canalizar esses recursos para projectos de investimento social e economicamente reprodutivos. Pois, é inqualificável que uma câmara que gasta mais de cinco mil euros (mil contos) por semana em Publicidade negue a resposta aos anseios da população que reclama mais infra-estruturas, mais investimento. -----

--- Assim, não se beneficia o nosso concelho no que carece, para que à boa maneira socialista se continue a engordar um orçamento de despesas correntes que consome recursos essenciais ao investimento para o nosso concelho. Com a agravante de ser um orçamento desigual na sua distribuição pelo concelho. -----

--- Um orçamento, que peca por não existir uma reestruturação financeira que o corrija e defina critérios claros de pagamento de dívidas, sendo que existem dívidas de dois mil e

um cujo pagamento não se prevê ainda em dois mil e três, desconhecendo-se em que montante se encontra o orçamento comprometido por essas mesmas dívidas. -----

--- Sendo imprescindível não só a referida reestruturação financeira, mas também uma necessária reestruturação dos serviços para que a Câmara possa realizar aquilo que lhe compete e possa responder às efectivas necessidades de Santarém, de uma forma mais eficiente e eficaz. -----

--- Em suma, votamos contra um orçamento que não serve o concelho, que não serve as suas populações e que revela marcadamente o carácter despesista da gestão socialista, que não estimula Santarém e as suas forças vivas para a construção de um futuro melhor. Este nosso voto é um claro sinal aos eleitos do Partido Socialista de que o Partido Social Democrata discorda do rumo da actual gestão autárquica e que respeitará o mandato que lhe foi confiado, na defesa dos interesses de Santarém.” -----

--- O **Senhor Presidente** referiu que as intervenções dos eleitos do Partido Socialista constituíam as respectivas declarações de voto e agradeceu a disponibilidade dos membros do Executivo Municipal e, especialmente, dos técnicos, para participarem nas diversas reuniões realizadas no âmbito deste assunto. -----

--- Desejou a todos um bom ano de dois mil e três. -----

----- **TEMAS PARA CONHECIMENTO DO EXECUTIVO MUNICIPAL** -----

--- Ofício da **Assembleia Municipal de Loures**, dando conhecimento da aprovação de duas moções, uma tomando uma posição de solidariedade para com o Povo do Tibete e, outra, reafirmando o repúdio ao conteúdo da proposta de lei do Código do Trabalho. ----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Sob proposta do **senhor Presidente**, a Câmara deliberou, unanimemente, aprovar em minuta os termos da presente acta a fim de produzir efeitos imediatos.-----

--- Finda a análise dos assuntos constantes da ordem de trabalhos, o **senhor Presidente**, de acordo com a competência que lhe confere o número cinco do artigo oitenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro,

declarou aberto o “**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DESTINADO AO PÚBLICO**”,  
não se tendo verificado qualquer intervenção. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

--- E não havendo mais assuntos a tratar, pelo senhor Presidente foi declarada encerrada  
a reunião eram dezoito horas e dez minutos, lavrando-se a presente acta que vai ser  
assinada. -----

--- E eu, \_\_\_\_\_ Chefe de Secção a  
redigi e subscrevi. -----

----- **O PRESIDENTE** -----

--- \_\_\_\_\_

----- **OS VEREADORES** -----

--- \_\_\_\_\_

--- \_\_\_\_\_

--- \_\_\_\_\_

--- \_\_\_\_\_

--- \_\_\_\_\_

--- \_\_\_\_\_

--- \_\_\_\_\_



**ACTA N.º 031/2002**  
**Reunião de 27 de Dezembro de 2002**

179

---

---